



## Memórias Paroquiais: uma colecção *online* ■

EM 18 DE JANEIRO DE 1758, o Marquês de Pombal, enquanto Secretário de Estado dos Negócios do Reino, fazia remeter, através dos principais prelados e para todos os párocos do reino, um interrogatório relativo às povoações e paróquias que tinham a seu cargo. As respostas que deveriam ser remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, terão sido depois levadas para a Casa de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, da Congregação do Oratório, para serem trabalhadas pelo Padre Luís Cardoso (?-1769). Passaram para a Biblioteca da Ajuda após a extinção das ordens religiosas, seguindo posteriormente para o Depósito Geral das Livrarias, no antigo Convento de São Francisco da Cidade, e daí para a Torre do Tombo, entre os anos de 1836 e 1838.

Os primeiros 41 volumes desta colecção contêm as respostas dos párocos e, apesar da sua exaustividade não ser constante, respondem, na generalidade, de forma sequencial aos pontos do interrogatório (dividido em três partes relativas à localidade em si, à serra e ao rio) fornecendo dados de carácter geográfico (localização, relevo, distâncias), administrativo (comarca, concelho, dimensão, e confrontações), e demográfico

(número de habitantes), sendo possível obter informações sobre a estrutura eclesiástica e vivência religiosa (orago, benefícios, conventos, igrejas, ermidas, imagens milagrosas, romarias), a assistência social (hospitais, misericórdias, irmandades), as principais actividades económicas (agrícola, mineira, pecuária, feira), a organização judicial (comarca, juiz), as comunicações existentes (correio, pontes, portos marítimos e fluviais), a estrutura defensiva (fortificações, castelos ou torres), os recursos hídricos (rios, lagoas, fontes), outras informações consideradas assinaláveis (pessoas ilustres, privilégios, antiguidades), e quais os danos provocados pelo terramoto de 1755.

Os volumes 42 e 43 contêm apontamentos sobre múltiplas freguesias, elaborados provavelmente pelo Padre Luís Cardoso, incluindo algumas resposta originais de párocos, datadas de 1722, 1730 e 1732, e que deverão corresponder a um inquérito anterior ao de 1758. O volume 44 serve de índice e terá sido elaborado ou concluído no ano de 1832, data que apresenta.

Os volumes originais foram consultados com enorme frequência, ao longo de décadas, na sala de leitura da Torre do Tombo, manifestando por essa razão →



### Neste número

- 01 • Memórias Paroquiais: uma colecção *online*
- 02 • As Memórias Paroquiais de 1758 e as Estatísticas de 1862
- 03 • O Arquivo do Mosteiro de Chelas: Suas Errâncias
- 04 • Tarde Cultural na Torre do Tombo
- 05 • Documentação sobre o General sem Medo Disponível na *Internet*
- 06 • Arquivo Municipal de Viana do Castelo
- 09 **GESTÃO DE DOCUMENTOS**
  - Organização Arquivística do IEFP. Situação e Evolução
  - Colaboração com o ISCTE
  - Legislação
- 11 **INFORMAÇÕES**
  - Arquivo Marcello Caetano
  - Foral da Bobadela Doado ao IAN/TT
  - Colaboração entre o Arquivo Distrital de Leiria e o Centro Hospitalar das Caldas da Rainha
- 12 **AGENDA**
  - Comemorações dos 90 anos do Arquivo Distrital de Leiria
  - VII Encontro Nacional de Arquivos Municipais
  - VI Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
  - VII *European Conference on Archives*

→ algum desgaste físico. No âmbito da política de preservação deste Instituto procedeu-se à sua reprodução sistemática em microfilme, o que permitiu assegurar o seu acesso e difusão através de um novo suporte e simultaneamente garantir-se a sua conservação a longo prazo.

A integração da tecnologia digital nos processos de trabalhos permitiu-nos a disponibilização *online*, desta colecção, no *site* deste Instituto, a 29 de Dezembro de 2005, em regime de plena acessibilidade. Neste poderá

ser consultada a descrição, 4.168 registos introduzidos na aplicação CALM, e as respectivas imagens, no total de 17.649, que foram descritas e integradas na respectiva aplicação de imagens.

Disponível em [www.iantt.pt](http://www.iantt.pt)

Este trabalho foi desenvolvido pela equipa do Programa de Normalização da Descrição em Arquivo (PNDA) e do Núcleo de Transferência de Suportes e teve ainda a colaboração da Sociedade Genealógica de Utah, através da

digitalização sistemática dos 44 rolos de microfilme da Colecção.

Neste sentido, facilitamos o acesso a esta colecção, que se tem revelado de enorme importância para a história local, à comunidade nacional e internacional, potencializando os seus conteúdos em benefício da investigação, do conhecimento, do património e da cultura.

Anabela Ribeiro

Joana Braga

Lucília Runa

## As Memórias Paroquiais de 1758 e as Estatísticas de 1862 ■

AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 e as Estatísticas Paroquiais de 1862, de comum apenas têm o nome, «Paroquiais», e o interesse, nomeadamente enquanto fontes para a História local. Divergem quer no tempo em que foram elaboradas, quer nos objectivos, quer na informação que fornecem.

Sobre as Memórias Paroquiais veja-se o artigo anterior. Quanto às Estatísticas de 1862, a realidade é outra, tanto no que respeita ao contexto de produção, ao conteúdo e mesmo à facilidade de acesso.

No Diário de Lisboa, 29 de Abril de 1862, foi publicado um Decreto, que menciona a Lei de 4 de Junho de 1859, sobre a reorganização paroquial, ordenada pelo Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, no continente e ilhas, de acordo com a lei de Dezembro de 1840. O Decreto criou em cada comarca judicial, uma comissão composta pelo pároco, o delegado do procurador régio, o administrador e o presidente e vice-presidente da câmara municipal do concelho. Determina o procedimento a seguir e apresenta um mapa com as informações que deviam constar: diocese, comarca, distrito administrativo,



Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 692, n.º 1.

divisão actual e divisão projectada. Em colunas seriam indicadas as freguesias, respectivos oragos e povoações, o número de fogos e almas, distância à sede da paróquia, localização da igreja paroquial e observações. Na divisão projectada, deviam constar as povoações das novas freguesias e a localização da nova igreja paroquial. As respostas dadas e enviadas à referida Secretaria de Estado constituem as «Estatísticas de 1862».

Tanto as Memórias Paroquiais como as Estatísticas foram consultadas por João Maria Baptista para a publicação da «Chorographia Moderna de Portugal»; porém, enquanto as primeiras foram por ele consultadas na Torre do

Tombo, as segundas foram-nos ainda na Secretaria da Justiça (como refere nas p. XI e XVII daquela obra).

O fundo Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça só mais tarde foi incorporado na Torre do Tombo, e arrumado, na sua maioria, no Arquivo dos Feitos Findos instalado no convento da Estrela.

No relatório de 1949, o Dr. Jorge Hugo Pires de Lima diz que os maços haviam rebentado e tivera que os reconstituir um pouco ao acaso, por não haver guia que permitisse a sua recuperação original.

Este fundo está ainda por tratar. É possível, no entanto, recorrendo ao Roteiro das Fontes da História Portuguesa Contemporânea, publicado em 1984, e às cadernetas existentes na Torre do Tombo n.º 623 (1ª a 25ª), fazer alguma pesquisa, muito pouca, em relação ao universo que o constitui. Algumas estatísticas, e mesmo protestos contra as novas divisões, foram já localizadas e podem ser consultadas, outras aguardam ainda tratamento arquivístico.

Maria Teresa Saraiva

## O Arquivo do Mosteiro de Chelas: Suas Errâncias ■

### O FUNDO DO MOSTEIRO

de Chelas de Cónegas Regulares de Santo Agostinho, encontra-se, hoje, salvo alguma documentação eventualmente perdida, repartido por duas instituições: o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e o Seminário das Missões de Cernache do Bomjardim, em virtude da sua história administrativa.

O Seminário foi criado há cerca de 200 anos por D. João VI, ainda Príncipe do Brasil e Prior do Crato, para formar o clero para a área do Priorado. A sua direcção foi entregue aos Padres Lazaristas e em 1801 foi-lhe confiada também a formação de missionários para a China. Em 1834 quando da extinção das ordens e congregações religiosas, foi encerrado e permaneceu fechado até 1855, reabrindo como Real Colégio das Missões Ultramarinas, para formar missionários para o Padroado do Oriente e África; era uma instituição nacional nas mãos da Igreja mas sob a alçada do Governo. Em 1880, o edifício do Mosteiro de Chelas foi cedido para expansão do Real Colégio, e herdou a administração dos seus bens. Em 1888, por dificuldades várias, o edifício voltou à posse da Fazenda Nacional e, por acordo com o Estado, o fundo documental, bem como o fundo musical e uma série de obras de arte recolheram ao Real Colégio que foi encerrado em 1911 pelo Governo Republicano. Em 1924, é aí instalado o Seminário Liceal das Missões.

O seu actual Reitor tendo tido conhecimento de uma tese de mesurado sobre o Convento de Chelas, baseada na documentação existente no IAN/TT, donde se pode inferir o desconhecimento da existência de mais documentação, entendeu

ser um dever de cidadania iniciar a divulgação e disponibilizar o património cultural do Seminário. O Programa Operacional de Cultura (POC), a que se apresentou uma candidatura, permitiu criar as condições para iniciar o tratamento e a divulgação de parte do seu espólio composto de livro antigo, fundos documentais, e música sacra.

Na sequência da comunicação ao IAN/TT da existência daquele fundo documental em Cernache do Bomjardim, foi proposta uma colaboração para estabelecer, do ponto de vista arquivístico, a relação adequada entre as duas partes do fundo do Mosteiro de Chelas, de modo a produzir uma descrição arquivística normalizada, e articular a digitalização das imagens com os requisitos técnicos dos directórios de imagens, preconizado por aquele Instituto; no final, o Seminário disponibilizaria ao IAN/TT uma cópia dos trabalhos realizados. Esta colaboração foi aceite e conduziu a um diálogo que foi extremamente útil para o bom desenvolvimento do projecto, e para trabalhos futuros.

O arquivo foi tratado pela Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Bandeira, arquivista do Arquivo da Universidade de Coimbra que manteve diálogo com a Dr.<sup>a</sup> Fátima Ó Ramos, da Divisão de Arquivos Definitivos do IAN/TT; a digitalização foi realizada pela firma ARQUIDIGIT, tendo em consideração o proposto pelo Dr. Pedro Pentead, da Direcção de Serviços de Arquivística, e pela Dr.<sup>a</sup> Anabela Ribeiro, do Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico do IAN/TT.

O inventário, as imagens digitalizadas da parte do fundo documental do Mosteiro de Chelas, e os originais, poderão ser consultados no Seminário das Missões, Rua dos

Pinheiros, 6100-266 Cernache do Bomjardim.

O citado inventário e as imagens digitalizadas estarão também, em breve, disponíveis na Sala de Referência do IAN/TT.

### Código de referência:

PT-SMCB-MCH.

**Título:** Mosteiro de Chelas

**Datas:** 1332-1878

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** 143 liv., 62 mç.

**Nome do produtor:** Cónegas

Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Chelas.

**Sistema de organização:** Identificadas e ordenadas vinte séries apresentando-se primeiro as que revelam o funcionamento institucional e em seguida, as restantes ordenadas cronologicamente... Contém as séries Estatutos e termos de visitas, Cerimonial, Termos de eleição das prioresas, Registo de entrada e profissão das religiosas, Registo de óbitos, Registo de desobriga, Registo de entrada em confrarias e irmandades, Livros de escrituras, Processos de dotes, tenças e legítimas, Processos de prazos, Livros de receita e despesa dos procuradores, Livros e recibos de receita e despesa, Recibos de ordenados, Tombos de demarcação, Registo de legados pios, Recibos de capitais mutuados, Recibos de impostos, Registo de foros rendas e juros, Processos judiciais, Inventários do cartório.

**Condições de acesso:** A consulta está sujeita à autorização prévia do Reitor do Seminário, devido à inexistência de uma sala de leitura pública.

*Teresa Ruano Pêra*

GESTOR DO PROJECTO

## Tarde Cultural na Torre do Tombo ■

16 de Fevereiro de 2006-02-21

O AUDITÓRIO DA TORRE DO TOMBO foi pequeno para acolher as centenas de convidados que o encheram por completo no passado dia 16 de Fevereiro, para assistir à Tarde Cultural de comemoração do Centenário do Nascimento de Humberto Delgado (1906-2006). Promovido pelo IAN/TT, pela Fundação Humberto Delgado e pelos Livros Horizonte, o evento contou com a presença, na assistência, de S. Exas. o Embaixador do Canadá, M. Patrick Parisot, e Embaixatriz, dos representantes do Embaixador do Brasil e do Embaixador de Espanha, do Secretário de Estado do Ambiente, Prof. Dr. Humberto Rosa, do representante do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, dos Professores e Alunos do Curso de Guerra Aérea do Instituto de Estudos Superiores Militares, entre muitas outras altas individualidades militares e civis, sendo de referir ainda a presença dos alunos da Escola Humberto Delgado.

Na sessão de abertura, o Dr. Silvestre Lacerda sublinhou os laços que ligam ao IAN/TT à figura do General Sem Medo, uma vez que tem à sua guarda o Espólio Humberto Delgado, além de ser o detentor dos mais importantes fundos documentais relativos a essa figura marcante do Século XX português. Tomando em seguida a palavra, o Prof. Dr. António Rebelo de Sousa fez uma intervenção sobre Humberto Delgado, durante a qual procedeu ao ousado exercício da conjectura histórica, reflectindo sobre o papel que o General poderia ter tido na evolução política de Portugal se não tivesse sido assassi-



nado em 1965. O Dr. Frederico Rosa, coordenador do Arquivo Digital Humberto Delgado, procedeu em seguida à apresentação do mesmo, através de um *powerpoint* ilustrado com fotografias e documentos históricos e de uma exemplificação do motor de busca. Teve lugar, em seguida, o lançamento do livro *Uma Brasileira contra Salazar*, de Arajaryr Campos, editado pelos Livros Horizonte. Secretária de Humberto Delgado no exílio, e com ele assassinada pela PIDE, esta heroína esquecida foi relembrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luísa Moura, Directora da Confederação das Mulheres do Brasil, que se deslocou expressamente a Portugal para proceder à apresentação da obra. «Porquê relembrar Arajaryr no ano do Centenário do Nascimento de Humberto Delgado?», perguntou a

Prof.<sup>a</sup> Luísa Moura. «É um gesto de generosidade e de justiça.»

Teve lugar em seguida o momento alto da Tarde Cultural na Torre do Tombo, ou seja, a exibição em ante-estreia do documentário «Meu Pai, Humberto Delgado», com realização de Francisco Manso e co-produção de RTP-A Dois, Take 2000 e Junta de Extremadura. Trata-se de uma nova perspectiva sobre Humberto Delgado – o homem – revelando facetas desconhecidas do grande público, através do olhar intimista de sua filha mais nova, Iva Delgado. Inclui ainda o testemunho, único até à data, da viúva do General, hoje com 97 anos de idade, que recorda o momento em que seu noivo Humberto a levou a voar pela primeira vez. O documentário, parcialmente filmado na sala de leitura da Torre do Tombo, será transmitido pela RTP2 no serão de 15 de Maio de 2006, data do nascimento de Humberto Delgado.

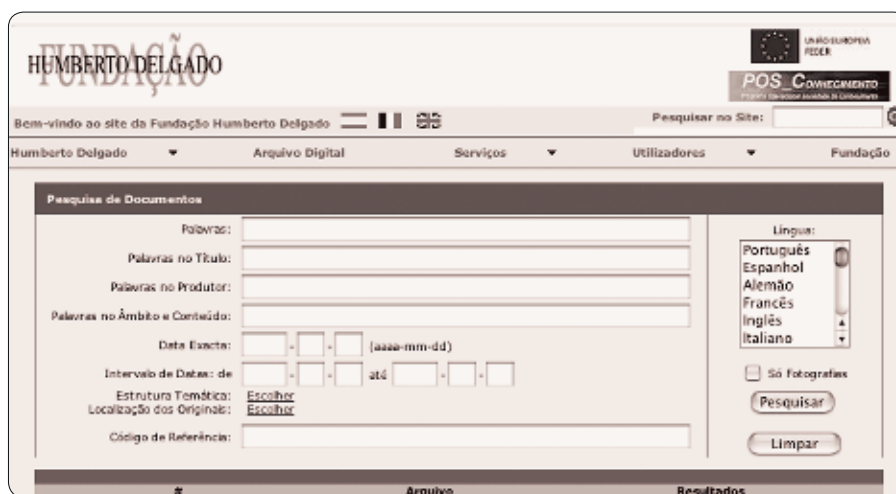
Ao terminar a exibição, a Dr.<sup>a</sup> Iva Delgado tomou a palavra para recordar alguns episódios de figuras ligadas à Oposição ao regime de Salazar. A Tarde Cultural foi presidida, na sua sessão de encerramento, por S. Exa. a Ministra da Cultura, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Pires de Lima, que evocou facetas desconhecidas de Humberto Delgado, tais como a de escritor de peças de teatro radiofónico. Congratulando-se com o exemplo de junção de esforços empreendido entre a Torre do Tombo e a Fundação Humberto Delgado, a Ministra da Cultura valorizou a disponibilização de documentos históricos através da *internet* e enalteceu o exemplo de coragem do General Sem Medo. ■



# Documentação sobre o General sem Medo Disponível na *Internet* ■

O ARQUIVO DIGITAL HUMBERTO Delgado foi desenvolvido entre 2002 e 2005 pela Fundação Humberto Delgado âmbito do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, da União Europeia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A sua finalidade consiste em proceder à divulgação, por *internet*, dos mais importantes fundos documentais relativos ao General Sem Medo, tanto de arquivos nacionais como de arquivos estrangeiros. O Arquivo Digital, como o próprio nome indica, tem portanto uma existência apenas virtual enquanto veículo de acesso *on-line* a documentação localizada em diferentes arquivos.

Entre os arquivos que colaboraram no projecto, ocupa um lugar de destaque o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por ser o depositário e o detentor dos mais importantes fundos documentais relativos à carreira militar e aeronáutica de Humberto Delgado, à sua candidatura à Presidência da República em 1958, ao seu exílio político e ao seu assassinato pela PIDE em 13 de Fevereiro de 1965. Entre a documentação da Torre do Tombo, refira-se o Espólio Humberto Delgado, o Arquivo Oliveira Salazar, (com destaque para a correspondência particular de Humberto Delgado) e o Arquivo da PIDE/DGS, nomeadamente os processos individuais de Humberto Delgado e o processo das Eleições Presidenciais de 1958. A documentação da Torre do Tombo, num total de c. 9.000 documentos e c. 25.000 fólios, foi microfilmada e digitalizada pela Fundação Humberto Delgado com o apoio



técnico do Núcleo de Transferência de Suportes, e descrita ao nível de documento. Em relação aos restantes arquivos que colaboraram no projecto do Arquivo Digital, destacam-se o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Histórico da Força Aérea.

Através do site [www.humberto-delgado.pt](http://www.humberto-delgado.pt), o motor de busca do Arquivo Digital Humberto Delgado permite combinar diferentes tipos de pesquisa, associados aos elementos de descrição da ISAD(G) adoptados para as fichas descritivas dos documentos. Tendo em atenção os utentes que não tenham uma ideia exacta da documentação que procuram, existe ainda uma pesquisa por «estrutura temática». A estrutura temática do Arquivo Digital Humberto Delgado equivale a um quadro de classificação virtual, aplicado a todos os documentos dos diferentes fundos nacionais e estrangeiros contemplados, permitindo uma pesquisa baseada nas diferentes etapas da carreira militar e política de Humberto Delgado. O motor de busca do Arquivo Digital Humberto Delgado dispõe de outra

pesquisa adicional por «localização dos originais», que corresponde a mais um elemento de descrição adoptado nas fichas descritivas dos documentos. É então apresentada ao utilizador uma hierarquia de arquivos nacionais e estrangeiros, com os respectivos fundos, séries, processos ou unidades de instalação, consoante o posicionamento original mais relevante na óptica do utilizador.

Os fundos contemplados na fase da abertura do *site* correspondem a cerca de 15.000 documentos ou 45.000 fólios. O Arquivo Digital Humberto Delgado tem uma concepção dinâmica, pelo que assenta num trabalho de constante actualização, tratamento e controlo de qualidade da sua base de dados, ao nível das imagens digitalizadas e respectiva descrição. No diálogo com projectos análogos, este projecto procura contribuir não apenas para o conhecimento da História Contemporânea, mas também para uma reflexão sobre a própria divulgação documental por *internet*.

*Frederico Rosa*

COORDENADOR DO ARQUIVO DIGITAL  
HUMBERTO DELGADO

# Arquivo Municipal de Viana do Castelo ■

RESPONSÁVEL: António Maranhão Peixoto (Chefe da Divisão de Arquivo)

CONTACTOS: Câmara Municipal de Viana do Castelo, Rua Cândido dos Reis, 4901-871 Viana do Castelo | TEL. 258809307 | FAX: 258 820129

maranhão@mail.cm-viana-castelo.pt | HORÁRIO: 09h30-12h30 – 14h00-17h30

A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL de Viana do Castelo foi instalada nos Antigos Paços do Concelho, Praça da República, no dia 3 de Novembro de 1912. Abria apenas à noite e os livros eram facultados aos leitores e *consulentes*.

A partir desta altura passam também a poder ser consultados e manuseados pelos investigadores, naquele mesmo *departamento camarário*, os livros do então designado Arquivo Histórico Municipal.

Este acontecimento inscreve o Arquivo Municipal de Viana do Castelo como o primeiro no passado século XX e o segundo no contexto nacional, dado que o de Lisboa data de 1863, dos arquivos municipais a disponibilizar a sua documentação ao público.

Até aí registamos a preocupação da edilidade vianense, que se manifesta desde muito cedo, em conservar a documentação relativa à sua existência como comunidade:

- o pergaminho mais antigo data de 1262: *Troca com o Bispo de Tui para a fundação de Viana;*

- no seu valiosíssimo espólio possui dois documentos assinados por Fernão Lopes: – 1437, Junho, 25, Lisboa – *Treslado das Inquirições de 1258 referentes a Viana e 1437, Junho, 26, Lisboa – Treslado do foral que o rei D. Afonso III concedeu ao concelho de Viana.*

A solução global que apresentamos em 1993 para uma real política arquivística do Município vianense assentou nos seguintes objectivos:

- 1.º Assegurar uma efectiva e eficiente gestão, extensiva a todos os serviços municipais;
- 2.º Responder cabalmente às solicitações dos serviços municipais e de todos os utilizadores;
- 3.º Permitir o fácil e rápido acesso à documentação e à informação;
- 4.º Zelar pela protecção e preservação dos documentos;
- 5.º Evitar e suprimir a acumulação excessiva de documentação inútil, bem como disciplinar a reprodução injustificável da informação;
- 6.º Economizar e rentabilizar os arquivos, transformando a eliminação numa fonte de rendimento;

- 7.º Dimensionar a circulação da documentação e regulamentar o acesso e fruição da mesma.

Com a aprovação, por unanimidade, em Setembro de 1994 do Regulamento deste Arquivo Municipal é dado o «grande passo» para que o mesmo se estructure como um verdadeiro sistema de informação.

Assim esta unidade administrativa e cultural compreende e unifica o âmbito, funções e objectivos específicos dos vulgarmente chamados Arquivo Histórico e Arquivo Geral do Município, sendo, por isso, constituída pela documentação de natureza administrativa e histórica procedente dos diferentes serviços municipais e como consequência das atribuições genéricas de recolha, selecção, tratamento e difusão. Contém sob a sua responsabilidade toda a documentação produzida e reunida pelos diferentes órgãos e serviços, independentemente do tipo de suporte ou formato, como resultado da actividade camarária e que conserva para servir de testemunho, prova ou informação.

Incorporará, ainda, por compra, doação ou depósito fundos arquivísticos de natureza diversa, em qualquer tipo de suporte ou formato, que a Câmara Municipal considere de relevante interesse para o concelho.

Com a remodelação da Secção de Processos de Obras, iniciada também naquele ano, implementou-se uma gestão integrada da documentação, compreendendo todas as fases do seu ciclo vital: corrente, intermédia e definitiva.

A formação e a dotação com os recursos humanos necessários, entre os catorze colaboradores directos conta com seis técnicos profissionais e um técnico superior de arquivo, bem como a instalação em espaços dimensionados e munidos de equipamentos de elevada funcionalidade, como as Áreas de Depósito nos Serviços Municipalizados, desde 1998, e no edifício «Encosta do Elevador», a partir de 2004, asseguram uma efectiva gestão documental, normalização dos circuitos documentais e disciplina de procedimentos.



Na actualidade constitui a Divisão de Arquivo integrada no Departamento de Administração Geral. No seu âmbito funcionam um Núcleo de Apoio Administrativo, a Repartição de Arquivo e o Sector de Gestão Documental. A Repartição integra a Secção de Gestão de Processos e Atendimento e o Sector de Gestão Documental as seguintes áreas:

- a) Área dos serviços municipais;
- b) Área dos arquivos audiovisuais e cartográficos;
- c) Área de preservação e reprografia;
- d) Área de extensão cultural e apoio à investigação.

As estratégias de planeamento e de decisão que envolvam a classificação documental, nomeadamente o carácter confidencial ou reservado, dependem directamente do presidente da Câmara.

Para ilustrar a actividade desenvolvida em 2005 refira-se que a Secção de Gestão de Processos e Atendimento satisfaz ao nível interno dos serviços municipais 10.719 requisições de documentação. Além de 41 Processos de Ambiente que transitaram do ano anterior, assegurou a tramitação de 1.402 novos processos assim constituídos: 849 de Obras Particulares, 18 de Loteamentos, 166 de Informações Prévias de Obras Particulares, 11 Informações Prévias de Loteamentos, 290 de Requerimentos Sem Processo, 43 de Certidões, 20 de Vistorias e 5 de Ocupação da Via Pública. Por sua vez, o Sector de Gestão Documental desenvolveu a recuperação, restauro e preservação de 1.289 Processos de Obras Particulares e 289 de Loteamentos. A par das pesquisas inerentes e ao início da construção de duas bases de dados, realizou 21 incorporações provenientes de serviços municipais,

que perfizeram mais de 240 metros lineares de documentação.

Aos fundos documentais disponíveis para consulta e estudo no edifício da Biblioteca Municipal juntaram-se, em 4 de Setembro de 2003, o *Cartolário Manuscrito do Mosteiro de Santa Cruz de Viana* e o *Índice da Biblioteca do Convento de S. Domingos*, documentos datados do século XVIII, adquiridos por € 7.500 conforme deliberação da Câmara Municipal na reunião de 14 de Agosto.

O Programa de Conservação e Restauro em curso, iniciado em 2000, permitiu em 2003-2005 a intervenção em 26 espécimes e a microfilmagem, digitalização e reprodução de 4.874 peças documentais.

Na área da imagem, no contexto dos *arquivos audiovisuais*, foram transferidos para suporte papel fotográfico 200 em 2003 e mais 100 negativos em 2004 do Arquivo Jornalístico de Severino Costa.

O *Fundo Fotográfico* reúne mais de 2.800 unidades, em papel, negativo e *slide*, onde além da colecção referida anteriormente se destaca também a de *Viana e seus Monumentos*.

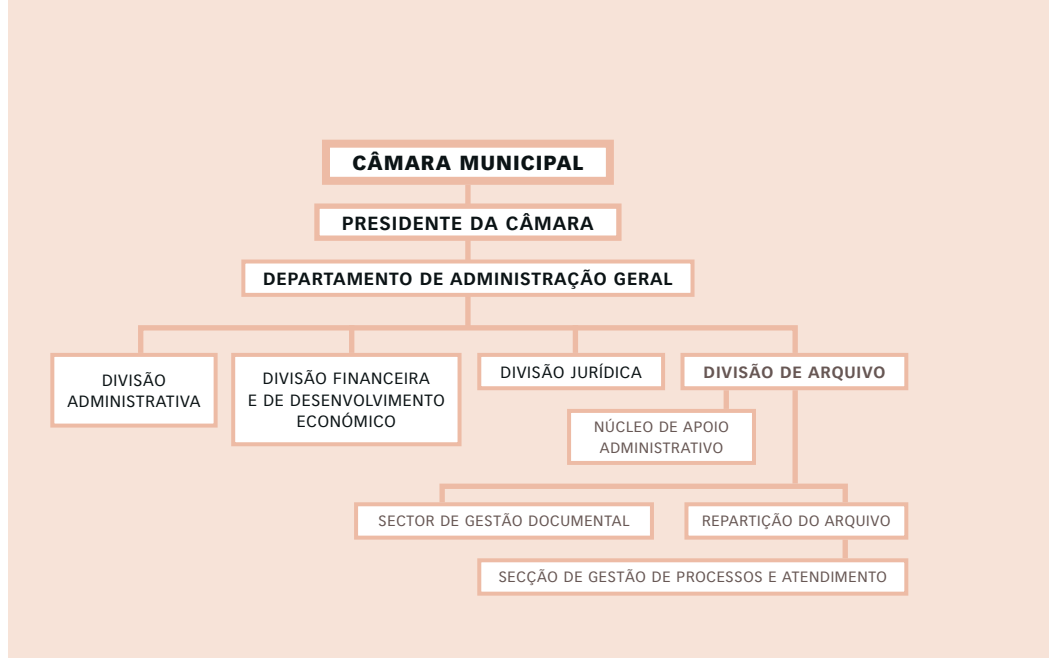
Em 2003 o *Fundo Cartográfico* foi valorizado com 18 *slides* 9 x 12, reproduzindo o *Anteplano Geral de Urbanização de Viana do Castelo*, de 1948, o *Esboço do Anteplano de*

*1945 e Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, 1961*, cujos originais se encontram na Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, em Lisboa.

Esta área dos arquivos audiovisuais foi ainda enriquecida com a aquisição de um filme no formato de 16mm, de 1953, sobre aspectos paisagísticos da cidade e a Romaria da Senhora d'Agonia, conforme deliberação na reunião de Câmara em 14 de Julho de 2004, por € 7.500 + IVA, e de 216 diapositivos originais no formato 4,5/6x6 cm, sobre o traje vianense, decisão camarária de 10 de Agosto de 2005, por € 6.912 + IVA, bem como pela oferta da Fundação Gil Eannes, em 30 de Novembro de 2005, de um DVD relativo ao documentário sobre o Navio Gil Eannes, realizado por Francisco Manso em co-produção da RTP2 e Fundação Gil Eannes, no âmbito das Comemorações do 50.º aniversário da construção daquele navio hospital.

O *Fundo Postal* é, actualmente, constituído por 923 peças documentais que integram 994 documentos (postais).

Na Área da Extensão Cultural, além de visitas de estudo e de conferências, destacamos os seguintes projectos desenvolvidos em 2003-2005: 1.º *Curso de Técnicos* →





→ *Profissionais de Arquivo – 20 formandos, Numária Portuguesa I e II, 75 Anos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património – fomentado pela Universidade do Minho, Bombeiros Municipais de Viana do Castelo: 225 Anos e Cartografia Militar: Colóquio Internacional e Exposição.*

Nas dezenas de investigadores que na última década têm frequentado este Arquivo Municipal encontram-se muitos estrangeiros (Espanha, França, Suécia, Índia, Austrália, Argentina, Brasil e Canadá) a prepararem teses de doutoramento ou trabalhos científicos de pós-doutoramento, muitas vezes em programas e projectos de parceria com instituições académicas lusas, como o caso de dois professores dos E.U.A. que realizaram uma pesquisa conjunta com uma catedrática da Universidade de Coimbra sobre os pergaminhos.

A nível nacional tem recebido investigadores que preparam teses de doutoramento e de mestrado, trabalhos de licenciatura e/ou seminários, além de estudos de pós-doutoramento e outros quer de índole

nacional, quer local. O enfoque das pesquisas tem recaído nos *acórdãos, expostos, receita e despesa, cobrança de impostos, posturas, eleições, recenseamento militar e eleitoral, controlo das actividades comerciais, visitas e cartas de saúde passadas à tripulação dos navios e instrução primária.*

Torna-se já habitual a procura de temáticas como o urbanismo, ordenamento do território e cartografia, por parte de estudantes, nomeadamente finalistas, das licenciaturas em arquitectura, geografia, engenharia do ambiente e planeamento regional, ou de licenciados e graduados nestas áreas para a obtenção de novos graus académicos.

O perfil do utilizador não se restringe ao clássico historiador local ou regional, pois, além dos historiadores, que ainda são o maior número, há economistas, sociólogos, juristas e linguistas.

Com todos os utilizadores, externos e internos, se estabelecem laços estreitos de cooperação, procurando sempre a optimização e excelência dos serviços e dos recursos, para a plena satisfação dos seus projectos, pesquisas e necessidades de informação.

O Arquivo Municipal de Viana do Castelo possui 89 *bens arquivísticos de valor excepcional*, devidamente classificados pelo Programa de

Inventariação dos Bens Culturais Móveis, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura em 1993/94.

Aos quais se juntará, naturalmente, o Foral Novo de D. Manuel I, datado de 1512, reintegrado em Setembro de 2002 no fundo documental deste Município. Possui igualmente 4 *iluminuras*, já divulgadas no Inventário dos Códices Iluminados até 1500, volume 2, publicado em 2001, pela Biblioteca Nacional.

Hoje a quantidade documental instalada nas Áreas de Arquivo dos Serviços Municipalizados, no edifício «Encosta do Elevador», na Secção de Gestão de Processos e Atendimento e na Biblioteca Municipal ultrapassa os 6.000 metros lineares. E o ritmo de crescimento documental desta Autarquia mantém-se superior aos 230 metros lineares/ano, sendo a série documental Processos de Obras Particulares responsável por mais de metade desta produção.

As necessidades e as prioridades centram-se nas instalações e no programa de informatização. Em relação à última têm-se desenvolvido progressos muito significativos. Quanto às instalações, prevê-se a médio prazo a duplicação da área de depósito, para 500/600 metros lineares, da plataforma de gestão documental integrada na Secção de Gestão de Processos e Atendimento, bem como o arranque das obras de «Remodelação/Ampliação do Matadouro Municipal», edifício destinado ao Arquivo Municipal, cujo Estudo Prévio foi apresentado no dia 8 de Junho de 2005 ao IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

*António Maranhão Peixoto*

CHEFE DA DIVISÃO DE ARQUIVO  
CÂMARA MUNICIPAL  
DE VIANA DO CASTELO



# Organização Arquivística do IIEFP Situação e Evolução ■

### O Serviço Público de Emprego

O INSTITUTO DO EMPREGO e Formação Profissional (IEFP), criado pelo Decreto-Lei n.º 519-A2/79, de 29 de Dezembro, é um organismo público na dependência tutelar do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), ao qual compete a execução das políticas de emprego e formação profissional, definidas e aprovadas pelo Governo.

A estrutura dos seus Serviços encontra-se desconcentrada, de acordo com as áreas definidas para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, compreendendo:

- Serviços Centrais, distribuídos pelas instalações da Malhoa e Xabregas, em Lisboa;
- 5 Delegações Regionais: Norte (Porto), Centro (Coimbra), Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa), Alentejo (Évora) e Algarve (Faro);
- 82 Centros de Emprego;
- 28 Centros de Formação Profissional de Gestão Directa;
- 1 Centro de Reabilitação Profissional;
- 4 Centros de Emprego e Formação Profissional;
- 8 Centros de Apoio à Criação de Empresas.

O IIEFP conta ainda com uma Rede de Centros de Formação Profissional de Gestão Participada que resultam de protocolos firmados entre o IIEFP e outras entidades públicas ou privadas, sendo geridos por Conselhos de Administração em que as diferentes partes estão representadas.

### A Situação Actual

O IIEFP detém um vasto património arquivístico, indispensável ao desempenho das suas actividades, contribuindo, ao mesmo tempo, como elemento significativo da história da Administração Pública em Portugal.

A sua Portaria de Regulamentação Arquivística (Portaria n.º 1210/2003, de 15 de Outubro) tem tido uma importância fundamental na selecção, triagem e eliminação de documentos, permitindo a eliminação, até à data, de quase 80.000 pastas (mais de 6.500 metros lineares).

No entanto, devido à dimensão e dispersão geográfica e ao facto de não existirem no IIEFP serviços de arquivo com recursos humanos afectos exclusivamente a este tipo de tarefas, os arquivos são descentralizados, sendo cada Unidade Orgânica responsável pela gestão e avaliação do seu próprio acervo arquivístico, não havendo distinção clara entre o arquivo corrente, intermédio e definitivo.

No quadro da modernização da Administração Pública e perante a situação descrita, foi necessário encontrar soluções capazes de reabilitar os recursos disponíveis e adoptar medidas de natureza arquivística e documental uniformes para todo o IIEFP.

### O Processo Integrado de Organização Arquivística

Para o efeito, foi aprovada uma estratégia para o desenvolvimento da Organização Arquivística do IIEFP assente na interacção de três eixos:

- Um Plano de Classificação de Documentos;
- Um Plano de Conservação e Transferência de Suportes;
- Um Sistema de Gestão Documental.

O modelo de organização arquivística a desenvolver será alvo de uma aplicação faseada, alargando-se de forma gradual aos vários Serviços Centrais, Regionais e Locais.

Para a implementação de um Projecto desta natureza considerou-se ser indispensável a assessoria e apoio técnico de uma entidade especializada com credibilidade e competência reconhecida na matéria, tendo sido celebrado um «Acordo de Colaboração» com o IAN/TT, competindo-lhe, através do Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes, acompanhar todo o Projecto desde a «consolidação do modelo conceptual» até à «avaliação da *performance* da solução adoptada».

Após assinatura do referido Acordo, foram já efectuadas pela Equipa do IAN/TT entrevistas e visitas de trabalho aos Serviços Centrais e Unidades Orgânicas Piloto Regionais no âmbito do Diagnóstico Preliminar da Situação Arquivística Actual do IIEFP, cujo relatório de análise permitirá definir o Modelo Conceptual e estabelecer o Plano Estratégico de suporte às fases seguintes do Projecto.

Pedro Pereira

RESPONSÁVEL PELO PROJECTO  
DE ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA  
DO IIEFP

# Colaboração com o ISCTE ■

NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, estabelecidas na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março), nomeadamente no artigo 9.º, n.º 2, alínea r) «Facultar instrumentos normativos e apoio técnico às administrações produtoras na gestão dos respectivos arquivos correntes», o Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes (GEAC) tem vindo a prestar assessoria a diversos organismos da Administração Pública.

Enquadrado nesta esfera de actuação foi celebrado, no dia 13 de Setembro de 2005, um acordo de colaboração entre este Instituto e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Este acordo visa, conforme previsto na sua cláusula primeira, «(...) a prestação de serviços de assessoria técnica pelo IAN/TT no diagnóstico, concepção, dinamização e acompanhamento da implementação e desenvolvimento do processo de Organização Arquivística do ISCTE.»

A referida assessoria técnica contempla a realização de duas etapas:

a) Estudo diagnóstico do sistema de arquivo do ISCTE;

b) Acompanhamento e monitorização relativamente à implementação das propostas produzidas no referido estudo diagnóstico.

Dando cumprimento à primeira etapa do acordo, o GEAC elaborou os seguintes produtos, os quais foram entregues em Janeiro último:

**Relatório Diagnóstico do Sistema de Arquivo do ISCTE**, que consiste no resultado de um trabalho de recolha de dados relativos à organização arquivística dos Serviços Centrais do referido Instituto, tendo estes sido obtidos através da condução de entrevistas abertas nas diversas unidades orgânicas. A análise dos dados apurados permitiu caracterizar o sistema de arquivo do ISCTE, apontando simultaneamente os principais pontos fortes e fracos, de forma a sugerir as possibilidades de melhoria mais adequadas à situação observada.

**Sistema de Arquivo dos Serviços Centrais do ISCTE: proposta de intervenção**, na qual se materializam as sugestões de possível intervenção no sistema de arquivo dos Serviços

Centrais do ISCTE, compreendendo metodologia, recursos e produtos a desenvolver, tendo em conta as necessidades identificadas.

Com a entrega destes dois documentos concluiu-se a primeira etapa do projecto, tendo sido decidido, pelas duas Instituições, dar continuidade ao Acordo de Colaboração através da assinatura de uma adenda ao mesmo. Neste sentido, e no desenvolvimento da segunda etapa, prevê-se a continuidade da assessoria centrada no acompanhamento e disponibilização de apoio técnico para a implementação e monitorização das tarefas previstas na proposta de intervenção.

Caberá ao ISCTE, na sequência deste acordo, assessorar o IAN/TT na elaboração de um estudo de impacto económico e organizacional, com vista à criação, institucionalização e funcionamento de um Arquivo Digital, orientado para receber e gerir os documentos electrónicos produzidos na Administração Pública.

*Glória Santos  
Mário Sant'Ana*

## Legislação ■

*Últimas Portarias de Gestão de Documentos publicadas:*

Portaria n.º 1271/2004, de 6 de Outubro – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Portaria n.º 1469/2004, de 20 de Dezembro – Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e da Direcção Geral dos Assuntos Comunitários

Portaria n.º 225/2005, de 24 de Fevereiro – Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Portaria n.º 418/2005, de 30 de Março – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Portaria n.º 414/2005, de 13 de Abril – Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros

Portaria n.º 1175/2005, de 21 de Novembro – Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia

Portaria n.º 819/2005, de 13 de Setembro – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários

Portaria n.º 1038/2005, de 12 de Outubro – Inspeção Geral das Actividades Culturais

Portaria n.º 1310/2005, de 21 de Dezembro – Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário

Portaria n.º 95/2006, de 30 de Janeiro – Centro Nacional de Pensões, Centros Distritais de Segurança Social e Serviços de Fiscalização do Instituto de Segurança Social, I.P.

## INFORMAÇÕES

### Arquivo Marcello Caetano ■

ACABA DE SER EDITADA A PUBLICAÇÃO *ARQUIVO MARCELLO CAETANO: CATÁLOGO*, em 2 volumes, da autoria de António Frazão e Maria do Céu Barata Filipe, com a colaboração especial de Miguel de Barros Alves Caetano.

O Arquivo do Professor Doutor Marcello Caetano foi depositado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, entre 22 de Março de 1999 e 31 de Julho 2000, com a condição deste Instituto proceder à sua organização, inventariação preliminar, promoção de um processo de classificação como bem arquivístico nacional, e à descrição definitiva do mesmo fundo, a qual seria alvo de publicação.

A documentação foi organizada em secções, com a documentação directamente relacionada com o funcionamento de instituições públicas ou o desempenho de cargos públicos por parte do Professor Doutor Marcello Caetano e em séries a documentação relacionada com aspectos pessoais do produtor ou, pelo menos, não institucionalmente enquadrados.

A descrição multinível seguiu a ISAD(G): *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*, com algumas restrições.

Este Arquivo foi classificado, como património arquivístico público, pela Portaria n.º 485/2002 (2.ª série), de 14 de Março, rectificada pela Portaria n.º 821/2003 (2.ª série), de 2 de Julho.

Nos diplomas ficou consignado um *Regulamento de comunicação, acesso e utilização* da documentação deste arquivo, cujo teor se reproduz integralmente no campo *Condições de acesso/condições de reprodução*. [1]

### Colaboração entre o Arquivo Distrital de Leiria e o Centro Hospitalar das Caldas da Rainha ■

O ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA colaborou com o Centro Hospitalar das Caldas da Rainha após solicitação do mesmo para proceder à reorganização do Arquivo Histórico do Hospital Termal das Caldas da Rainha, actualmente instalado no Museu do Hospital e das Caldas a funcionar na Rua Rodrigo Berquó e aberto de segunda a sexta-feira das 10H00 às 12H00 e das 14H00 às 17H00.

Incorporado em 1918 no Arquivo Distrital, este fundo documental com datas extremas entre 1508-1895, integra as secções: Património e Privilégios; Enfermos; Receita e Despesa; Botica; Capela de São Lourenço; Economato; Projectos e Obras.

Destaca-se, ainda, uma notável colecção de pergaminhos onde se podem encontrar cartas régias, escri-



Fachada do Museu do Hospital e das Caldas.

turas, bulas pontificias, cartas régias, alvarás, demandas e testamentos.

Sobressaem, ainda, no conjunto incorporado, espécies raras como: *Regras das Irmãs de Santa Clara* (c. 1490) um livro iluminado em pergaminho, o *Foral de Óbidos* (1513) e o incunábulo *Vitae Patrum* (1491).

Atendendo a esta riqueza patrimonial, tanto na parte do fundo incorporado no ADL como na parte que

### Foral da Bobadela Doado ao IAN/TT ■



O FORAL da Bobadela foi doado ao instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, ficando, assim,

acessível ao público. Trata-se de um volume encadernado, cujo texto – datado de 15 de Outubro de 1513 – é composto por 15 folhas de pergaminho.

Encontrava-se há várias gerações na posse da família da Senhora Dona Maria da Glória Lobo Vaz Pato que, acompanhada de seu marido, o Senhor Arquitecto Eduardo Manuel Osório Dias Gonçalves, decidiu fazer a doação a este Instituto. [1]



Bula pontificia de 1496, onde o Papa Alexandre VI concede indulgências aos que trabalhassem no ou para o Real Hospital das Caldas da Rainha.

se encontra no arquivo do próprio Hospital, fundado em 1485, é da maior pertinência esta colaboração que poderá ser motivadora de novos projectos partilhados que possam facilitar o trabalho do investigador.

Acácio de Sousa

DIRECTOR DO ARQUIVO  
DISTRITAL DE LEIRIA

## AGENDA

### Comemorações dos 90 anos do Arquivo Distrital de Leiria ■



O ARQUIVO Distrital de Leiria comemora este ano os 90 anos de existência, sendo o Arquivo Distrital mais antigo do país. Para assinalar esta data, estão a ser organizadas um conjunto de actividades para dia 5 de Junho, 3 de Agosto e 9 de Outubro.

As comemorações terão início a 5 de Junho, data em que está prevista a inauguração da exposição: *90 anos em 9 andamentos*, organizada em colaboração com EPAOTB – Escola Profissional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha. Neste dia iremos proceder ao lançamento da edição inacabada de Tito Larcher: *Batalha de Ourique*, com prefácio do Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral. Como homenagem aos ex-directores convidámos os seus familiares, e podemos contar com a presença de Nuno Larcher, sobrinho neto de Tito Larcher (1.º Director), José Hermano Saraiva, filho de José Saraiva (2.º Director), António Cardoso e Cunha, filho de Arnaldo Cardoso e Cunha (3.º Director), José Luís Tinoco, ou familiar, filho de Agostinho Tinoco (5.º Director) e Dr. Gentil Ferreira e Sousa (último Director).

A data de 3 de Agosto assinala a efectiva criação do Arquivo

Distrital de Leiria, através do Decreto n.º 2550-J de 1916. Neste dia será colocada uma placa evocativa na sala de conferências, para além de uma conferência com José Manuel Anes e António Reis, sob o tema, *Tito Larcher: uma forma especial de ver a cultura em Portugal*.

Encerraremos as comemorações no dia 9 de Outubro debatendo: *90 anos depois, que arquivos regionais?. Os painéis correspondentes, Arquivos Distritais, Hoje; e Territórios, Informação e Memória*, desenvolvem-se com a participação de António Valdemar (Jornalista); Amadeu Monteiro (Director do Arquivo Distrital de Castelo Branco); Isabel Cid (Directora do Arquivo Distrital de Évora); Ana Afonso (Directora do Arquivo Distrital de Bragança); Pedro Pentead (Director dos Serviços de Arquivística do IAN/TT); Telmo Faria (Presidente da Câmara Municipal de Óbidos); Pedro Tavares Almeida (Professor da FCSH da Universidade Nova de Lisboa); Silvestre Lacerda (Director-Geral do IAN/TT). Nesta ocasião será lançada a reedição do livro *Estudos de Regionalismo I e II* de Tito Larcher, com o apoio do Instituto Politécnico e do Governo Civil de Leiria. [1]

### VII Encontro Nacional de Arquivos Municipais ■

TORRES VEDRAS | 7 DE ABRIL

*Arquivos Municipais: Modernização Administrativa e Gestão de Qualidade.*

Promovido pela APABAD, com o apoio da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Mais informações: [www.apabad.pt](http://www.apabad.pt)  
[www.arquivodetorresvedras.net](http://www.arquivodetorresvedras.net) [1]

### VI Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas ■

RIBEIRA GRANDE | 11 E 12 DE MAIO

*O Saber e o Saber Fazer.*

Organizado pela Delegação Regional dos Açores da APABAD, em cooperação com a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Inscrições: Apartado 114  
EC Vasco da Gama, 9501-902  
Ponta Delgada | tel/fax: 296385072  
[coutinhocosta@sapo.pt](mailto:coutinhocosta@sapo.pt)  
móvel: 917260702 [1]

### VII European Conference on Archives ■

VARSÓVIA, POLÓNIA | 18 A 20 DE MAIO

*Arquivista: Profissão de Futuro na Europa.*

Org. Arquivos Estatais Polacos, Associação Profissional polaca, EURBICA e SPA (Secção de Associações Profissionais do CIA).

Informações: E-mail:  
[conferences@gromada.pl](mailto:conferences@gromada.pl)  
[www.gromada.pl](http://www.gromada.pl) [1]